

**ACORDO-QUADRO DE COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
ESPACIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO  
BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA  
DA VENEZUELA**

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Bolivariana da Venezuela  
(doravante denominadas "as Partes"),

Reconhecendo o interesse comum na exploração e na utilização do espaço exterior com fins pacíficos;

Considerando que as aplicações pacíficas de Ciência e Tecnologia Espacial constituem um instrumento para o conhecimento dos territórios e dos recursos naturais, repercutindo no desenvolvimento social, econômico e tecnológico e na proteção ambiental de ambos os países;

Convencidos dos avanços tecnológicos e numerosos benefícios que resultariam da coordenação conjunta de esforços no campo da Ciência e Tecnologia Espacial;

Afirmando o desejo mútuo de estabelecer cooperação no campo da exploração e utilização do espaço exterior com fins pacíficos;

Tendo em vista o Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Venezuela, assinado em Santa Elena de Uairén, em 20 de fevereiro de 1973; e

Tendo em vista as leis e regulamentos vigentes em cada país e os acordos internacionais assinados pela República Federativa do Brasil e pela República Bolivariana da Venezuela,

Acordaram o seguinte:

## **Artigo I**

O presente Acordo-Quadro de Cooperação tem por objeto impulsionar, fortalecer e concretizar oportunidades de cooperação científico-tecnológica no campo da exploração e utilização do espaço exterior com fins pacíficos, priorizando a área da observação físico-territorial, para o benefício de ambos os países, sobre a base dos princípios de igualdade, de respeito mútuo da soberania e da reciprocidade de vantagens, conforme suas respectivas legislações internas, bem como com o previsto no presente instrumento.

## **Artigo II**

A propósito dos fins previstos anteriormente, as Partes acordam que as modalidades de colaboração poderão incluir as seguintes:

- a) missões técnicas e visitas exploratórias dirigidas ao fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação espacial;
- b) realização conjunta e coordenada de programas e projetos de pesquisa e desenvolvimento em matéria espacial;
- c) execução de programas de formação e capacitação de recursos humanos com especial ênfase na observação físico-territorial e suas aplicações;
- d) organização de seminários, oficinas e cursos de formação em Ciência, Tecnologia e inovação espacial;
- e) intercâmbio de cientistas e técnicos;
- f) realização de programas de intercâmbio profissional centrado no desenvolvimento tecnológico espacial;
- g) recepção, processamento e uso de imagens provenientes das plataformas de satélites existentes e futuras de ambas as Partes;
- h) intercâmbio de informação obtida por satélites para fins pacíficos; e
- i) qualquer outro mecanismo de intercâmbio que permita consultas recíprocas e intercâmbio de experiências, de acordo com suas respectivas políticas de desenvolvimento econômico e social.

## **Artigo III**

As áreas nas quais inicialmente as Partes promoverão o desenvolvimento de atividades conjuntas são:

- a) observação físico-territorial;
- b) telecomunicações;

- c) tecnologias espaciais;
- d) gestão pública de distribuição de dados espaciais;
- e) gestão científico-técnica e espacial; e
- f) qualquer outra área objeto do presente Acordo, que as Partes decidam adotar de comum acordo.

#### **Artigo IV**

1. Os programas e projetos nos quais se promoverão a execução das atividades conjuntas nas áreas assinaladas anteriormente serão implementados mediante projetos específicos, nos quais se precisarão entre outros elementos os objetivos, as modalidades de colaboração, as áreas de execução e os resultados esperados, assim como o relacionado com a contribuição e a participação de cada uma das Partes, os gastos e investimentos, a titularidade e proteção dos direitos de propriedade intelectual, a confidencialidade, a transferência de tecnologia, o orçamento e o acompanhamento técnico-administrativo.

2. Os projetos específicos serão elaborados preferencialmente no ano anterior à sua execução. Tais projetos serão aprovados pelas Partes, por meio de seus órgãos executores e outras entidades por estes designados para tal fim, e serão incorporados como anexos ao presente Acordo.

#### **Artigo V**

Para os propósitos de implementação, avanço e cumprimento da cooperação prevista neste Acordo, as Partes designam como órgãos executores, pela República Federativa do Brasil, a Agência Espacial Brasileira (AEB), órgão subordinado ao Ministério de Ciência e Tecnologia; e pela República Bolivariana da Venezuela, a Agência Bolivariana para Atividades Espaciais (ABAE), órgão subordinado ao Ministério do Poder Popular para a Ciência e Tecnologia.

#### **Artigo VI**

1. Em razão do intercâmbio, os cientistas e técnicos continuarão sob a direção e dependência da instituição a que pertençam, não se criando relações trabalhistas com a instituição que estejam visitando.

2. O pessoal enviado por uma das Partes à outra se submeterá, em seu local de trabalho, às disposições da legislação nacional vigente do país receptor e às disposições normativas e regulamentos da instituição à qual preste colaboração. Esse pessoal não poderá dedicar-se a nenhuma atividade distinta das suas funções, nem receber qualquer remuneração adicional, sem a prévia autorização das autoridades competentes.

## **Artigo VII**

1. Os órgãos executores, em cumprimento do Artigo V, deverão formar um Comitê Coordenador, o qual terá a responsabilidade de promover e regulamentar a instrumentação técnica deste Acordo, que será formado por 3 membros, com prévia aprovação das Partes.

2. O Comitê terá, entre outras, as seguintes atividades:

- a) definir de comum acordo a metodologia, o mecanismo e os procedimentos para o desenvolvimento das atividades aqui definidas;
- b) gerir e promover a obtenção de recursos financeiros e de informação necessários para atender os programas e projetos gerados pelo presente Acordo;
- c) promover a transferência dos resultados dos projetos conjuntos; e
- d) promover a divulgação dos resultados da cooperação.

## **Artigo VIII**

As Partes terão acesso à informação científica obtida no curso dos experimentos e projetos empreendidos conjuntamente. A difusão e publicação de tal informação para terceiros, e a obtenção e concessão de patentes, se houver, deverão estar sujeitas às previsões mutuamente acordadas em cada caso.

## **Artigo IX**

A proteção dos direitos de propriedade intelectual estará regida pelas leis e regulamentos de cada Parte, de conformidade com os acordos internacionais em vigor na República Federativa do Brasil e na República Bolivariana da Venezuela.

## **Artigo X**

As Partes acordam que o financiamento dos programas específicos se desenvolverá em função das disponibilidades orçamentárias das mesmas, podendo estes programas específicos ser financiados por organismos e entes que as Partes designem de conformidade com as respectivas legislações nacionais.

## **Artigo XI**

As Partes acordam realizar esforços para facilitar a importação de equipamentos, materiais, componentes e outros artigos necessários para a implementação de programas de cooperação que poderiam ser acordados por cada Parte, conforme suas respectivas legislações nacionais.



## **Artigo XII**

Nenhuma disposição do presente Acordo, assim como dos programas e/ou projetos que se desenvolvam em virtude do mesmo, afetará os direitos soberanos das Partes sobre seus respectivos territórios em conformidade com o ordenamento jurídico interno das Partes e as normas de direito internacional aplicáveis.

## **Artigo XIII**

O presente Acordo poderá ser modificado por consentimento mútuo entre as Partes, mediante notificação escrita por via diplomática. A emenda entrará em vigor de conformidade com o estabelecido no Artigo XV.


## **Artigo XIV**


Qualquer controvérsia que surja por motivo da interpretação ou implementação do presente Acordo será resolvida por negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

## **Artigo XV**

1. O presente Acordo entrará em vigor na data da última comunicação mediante a qual as Partes se notifiquem, por escrito e por via diplomática, em cumprimento dos requisitos constitucionais e legais internos para tal fim, e terá vigência de cinco (5) anos prorrogáveis automaticamente por períodos iguais, salvo se uma das Partes comunicar à outra, por escrito e por via diplomática, sua intenção de não prorrogá-lo, pelo menos com seis (6) meses de antecedência da data de expiração do período correspondente.
2. Qualquer uma das Partes poderá igualmente denunciar o presente Acordo, através de notificação escrita, por via diplomática. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após ter sido comunicada à outra Parte.
3. A denúncia do presente Acordo não afetará o desenvolvimento e término dos programas ou projetos que estejam em curso, os quais continuarão em execução, salvo se as Partes acordarem o contrário.

Feito na cidade de Caracas, aos 27 dias do mês de junho de 2008, em dois exemplares originais redigidos, nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL**  
**Antonio José Ferreira Simões**  
**Embaixador**

  
**PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
BOLIVARIANA DA VENEZUELA**  
**Nuris Orihuela Guevara**  
**Ministro do Poder Popular para  
Ciência e Tecnologia**

**ACUERDO MARCO DE COOPERACIÓN EN CIENCIA Y TECNOLOGÍA  
ESPACIAL ENTRE EL GOBIERNO LA REPÚBLICA FEDERATIVA  
DEL BRASIL Y EL GOBIERNO LA REPÚBLICA  
BOLIVARIANA DE VENEZUELA**

El Gobierno la República Federativa del Brasil

y

El Gobierno la República Bolivariana de Venezuela  
(en adelante denominadas "las Partes"),

Reconociendo el interés común en la exploración y utilización del espacio ultraterrestre con fines pacíficos;

Considerando que las aplicaciones pacíficas de Ciencia y Tecnología Espacial constituyen un instrumento para el conocimiento de los territorios y de los recursos naturales, repercutiendo en el desarrollo social, económico y tecnológico y en la protección ambiental de ambos países;

Convencidos de los avances tecnológicos y numerosos beneficios que resultarían de la coordinación conjunta de esfuerzos en el campo de la Ciencia y Tecnología Espacial;

Afirmando el deseo mutuo por establecer una cooperación en el campo de la exploración y utilización del espacio ultraterrestre con fines pacíficos;

Teniendo presente el Convenio Básico de Cooperación Técnica entre la República Federativa de Brasil y la República de Venezuela, suscrito en Santa Elena de Uairén, el 20 de febrero de 1973;

Teniendo presente las leyes y regulaciones vigentes en cada país y los acuerdos internacionales suscritos por la República Federativa de Brasil, y la República Bolivariana de Venezuela,

Han acordado lo siguiente:

## **Artículo I**

El presente Acuerdo Marco de Cooperación tiene por objeto impulsar, fortalecer y concretar oportunidades de cooperación científica y tecnológica en el campo de la exploración y utilización del espacio ultraterrestre con fines pacíficos, priorizando el área de la observación físico-territorial, para el beneficio mutuo de ambos países, sobre la base de los principios de igualdad, respeto mutuo de la soberanía, y reciprocidad de ventajas, conforme a sus respectivas legislaciones internas y lo previsto en el presente instrumento.

## **Artículo II**

A los fines previstos anteriormente, las Partes acuerdan que las modalidades de colaboración podrán incluir las que de manera enunciativa se señalan a continuación:

- a) misiones técnicas y visitas exploratorias dirigidas al fortalecimiento de la ciencia, tecnología e innovación espacial;
- b) realización conjunta y coordinada de programas y proyectos de investigación y desarrollo en materia espacial;
- c) ejecución de programas de formación y capacitación de talento humano con especial énfasis en la observación físico-territorial y sus aplicaciones;
- d) organización de seminarios, talleres y cursos de formación en ciencia, tecnología e innovación espacial;
- e) intercambio de científicos y personal técnico;
- f) realización de programas de intercambio profesional focalizado al desarrollo tecnológico espacial;
- g) recepción, procesamiento y uso de imágenes provenientes de las plataformas satelitales existentes y futuras de ambas Partes;
- h) intercambio de información satelital para fines pacíficos; y
- i) cualquier otro mecanismo de intercambio que permita consultas recíprocas e intercambio de experiencias, de conformidad con sus respectivas políticas de desarrollo económico y social.

### **Artículo III**

Las áreas en las cuales inicialmente las Partes promoverán el desarrollo de actividades conjunta son:

- a) observación Físico Territorial;
- b) telecomunicaciones;
- c) tecnologías espaciales;
- d) gestión pública de distribución de datos espaciales;
- e) gestión científico-técnico y espacial; y
- f) cualquier otra área objeto del presente Acuerdo que las Partes decidan adoptar de común acuerdo.

### **Artículo IV**

1. Los programas y proyectos en los cuales se promoverán la ejecución de las actividades conjuntas en las áreas señaladas anteriormente, serán instrumentados mediante proyectos específicos, en los cuales se precisarán entre otros elementos los objetivos, modalidades de colaboración, áreas de ejecución y resultados esperados, así como también relacionado con la contribución y participación de cada una de las Partes, los gastos e inversiones, la titularidad y protección de los derechos de propiedad intelectual, la confidencialidad, la transferencia de tecnología, el presupuesto y seguimiento técnico-administrativo.

2. Los proyectos específicos se elaborarán preferentemente en el año anterior a su ejecución. Dichos proyectos serán aprobados por las Partes, a través de sus órganos ejecutores y otras entidades que a tal efecto estos designen, y se irán incorporando como anexos al presente Acuerdo.

### **Artículo V**

Para los propósitos de impulso, avance y cumplimiento de la cooperación prevista bajo este Acuerdo, las Partes designan como órganos ejecutores, por la República Federativa del Brasil, la Agencia Espacial Brasileña (AEB), órgano adscrito al Ministerio de Ciencia y Tecnología; y por la República Bolivariana de Venezuela a la Agencia Bolivariana para Actividades Espaciales (ABAE) órgano adscrito al Ministerio del Poder Popular para la Ciencia y Tecnología.

## **Artículo VI**

1. En razón del intercambio de científicos y técnicos, éstos continuarán bajo la dirección y dependencia de la institución a la que pertenezcan, por lo que no se crearán relaciones de carácter laboral con la otra.

2. El personal enviado por una de las Partes a la otra se someterá en el lugar de su ocupación, a las disposiciones de la legislación nacional vigente en el país receptor, y a las disposiciones normas y reglamentos de la institución en la cual preste su colaboración. Este personal no podrá dedicarse a ninguna actividad distinta a sus funciones, ni recibir remuneración alguna fuera de las establecidas, sin la previa autorización de las autoridades competentes.

## **Artículo VII**

1. Los órganos ejecutores, en cumplimiento del Artículo V, deberán conformar un Comité Coordinador, el cual tendrá la responsabilidad de promover y regular la instrumentación técnica de este Acuerdo, estará conformado por 3 miembros, previa aprobación de las Partes.

2. Este Comité tendrá, entre otras, las siguientes actividades:

- a) definir de mutuo acuerdo la metodología, mecanismo y procedimientos para el desarrollo de las actividades aquí definidas;
- b) gestionar y promover la obtención de recursos financieros y de información necesarios para atender los programas y proyectos que se generen por el presente Acuerdo;
- c) promover la transferencia de los resultados de los proyectos conjuntos; y
- d) promover la divulgación de los resultados de la cooperación.

## **Artículo VIII**

Las Partes tendrán acceso a la información científica obtenida en el curso de los experimentos y proyectos emprendidos conjuntamente. La difusión y publicación de tal información para terceras partes, y la obtención y el otorgamiento de patentes, si hubiere, deberán estar sujetas a las previsiones mutuamente acordadas en cada caso.

## **Artículo IX**

La protección de los derechos de propiedad intelectual se regirá por las leyes y regulaciones de Parte, de conformidad con los acuerdos internacionales en vigor en la República Federativa del Brasil y en la República Bolivariana de Venezuela.

## **Artículo X**

Las Partes acuerdan que el financiamiento de los programas específicos se desarrollará en función de las disponibilidades presupuestarias de las mismas, pudiendo estos programas específicos ser financiados por los organismos y entes que las Partes designen, de conformidad a los respectivos legislaciones nacionales.

## **Artículo XI**

Las Partes acuerdan realizar esfuerzos para facilitar la importación de equipos, materiales, componentes y otros artículos necesarios para la implementación de programas de cooperación que podrían ser acordados por cada Parte, de conformidad con sus respectivas legislaciones nacionales.

## **Artículo XII**

Ninguna disposición del presente Acuerdo, así como de los programas y/o proyectos que se desarrollen en virtud del mismo, afectará los derechos soberanos de las Partes sobre sus respectivos territorios, de conformidad con el ordenamiento jurídico interno de las Partes y las normas de derecho internacional aplicables.

## **Artículo XIII**

El presente Acuerdo podrá ser modificado por consentimiento mutuo entre las Partes, mediante notificación escrita por la vía diplomática. Dicha enmienda entrará en vigor de conformidad con lo establecido en el artículo XV.

## **Artículo XIV**

Cualquier controversia que surja con motivo de la interpretación o implementación del presente Acuerdo será resuelta por negociación directa entre las Partes, por la vía diplomática.

## **Artículo XV**

1. El presente Acuerdo entrará en vigor en la fecha de la última comunicación mediante la cual las Partes se notifiquen, por escrito y a través de la vía diplomática, el cumplimiento de los requisitos constitucionales y legales internos para tal fin, y tendrá una vigencia de cinco (5) años prorrogable automáticamente por períodos iguales, salvo que una de las Partes comunique, por escrito y por la vía diplomática, a la otra su intención de no prorrogarlo, por lo menos con seis (6) meses de anticipación a la fecha de expiración del período correspondiente.

2. Cualquiera de las Partes podrá denunciar el presente Acuerdo, a través de notificación escrita, por la vía diplomática. La denuncia surtirá efecto a los seis (6) meses después de haber sido comunicado a la otra Parte.

3. La denuncia del presente Acuerdo no afectará el desarrollo y culminación de los programas o proyectos que se hallaren en curso para la fecha de la terminación, los cuales continuarán en ejecución, salvo que las Partes acuerden lo contrario.

Hecho la ciudad de Caracas, a los 27 días del mes de junio de 2008, en dos ejemplares originales redactado, en idiomas portugués y castellano, siendo ambos textos igualmente auténticos.



POR EL GOBIERNO DE LA  
REPÚBLICA FEDERATIVA  
DEL BRASIL



POR EL GOBIERNO LA REPÚBLICA  
BOLIVARIANA DE VENEZUELA